

UM GAÚCHO E DEZOITO CONDORES NAS ILHAS MALVINAS: IDENTIDADE POLÍTICA E NAÇÃO SOB O AUTORITARISMO ARGENTINO*

Rosana Guber

A iniciativa do regime militar argentino, autodenominada “Processo de Reorganização Nacional” (daqui por diante PRN), de recuperar em 1982 o arquipélago subatlântico das Malvinas (Falklands, para os anglófonos) depois de 149 anos de ocupação britânica, teve como efeito imediato a renomeação de paragens e povoados. A capital isleña Port Stanley, todavia, onde residia a maioria dos 1800 *kelpers* (ilhéus com cidadania britânica restrita) e também se instalou o alto comando argentino, permaneceu sem nome oficial por vinte dias. Essa pequena cidade recebeu duas denominações por parte da imprensa, que endereçava as notícias enviadas do arquipélago ora de “Puerto de las Islas Malvinas”, ora de “Puerto Rivero”. Por fim, no dia 21 de abril, um decreto do governo nacional impôs a designação de “Puerto Argentino”.

Intervalo e disputa onomásticos traziam à memória um episódio ocorrido em 1966, quando governava a Argentina uma outra ditadura, a “Revolução Argentina”. No dia 28 de setembro daquele ano, dezoito jovens desviaram para Port Stanley um avião em vôo regular para a Patagônia (*Así*, 8/10/1966). A ação foi batizada “Operativo” ou “Operação Condor”, nome muito anterior e, como se verá, de sentido oposto ao que se auto-atribuiu a coordenação repressiva das ditaduras do Cone Sul nos anos 70. A primeira medida desses jovens foi renomear Port Stanley de Puerto Rivero, em homenagem ao gaúcho que havia se revoltado contra os invasores britânicos das Malvinas em 1833.

Neste artigo mostrarei, primeiro, que a indecisão de 1982 quanto ao nome da capital da ilha expressava as disputas pelo passado político argentino; segundo, que essas disputas tinham por objeto o sentido do símbolo “nação”; e terceiro, que o significado de tal competição reside em que este símbolo foi o principal veículo de construção de identidades políticas sob os regimes autoritários e semidemocráticos que imperaram na Argentina entre 1930 e 1983. Para tanto, vou me deter nos modos

pelos quais os protagonistas, simpatizantes e antagonistas do episódio de 1966 silenciado em 1982, a Operação Condor, converteram o passado malvinense de 1833-34 em uma metáfora da nação argentina e do destino de seu povo.

Regime político, história e nação

Na América Latina, os analistas costumam distinguir entre regimes autoritários centrados no poder pessoal ou familiar, e regimes surgidos de golpes de Estado encabeçados institucionalmente pelas Forças Armadas, aspirantes a redisciplinar a sociedade política e, especialmente, o “setor popular politicamente ativo” das classes médias e do operariado herdado dos regimes populistas dos anos 40 e 50 (O’Donnell 1972). Essa conformação do poder, operando em contextos de alta escolarização, industrialização, proletarização e urbanização, recebeu o nome de “burocrático-autoritária”, porque se funda na repressão sistemática e na instauração do liberalismo econômico por parte de tecnocratas situados nas burocracias pública e privada (O’Donnell 1977; Collier 1979).

As análises desse tipo de Estado, ou regime, no caso argentino, ou destacaram as condições estruturais que viabilizaram o autoritarismo, ou então se centraram nos grupos de interesse e nos corpos discursivos ideológicos, deixando de lado as noções e práticas a partir das quais os argentinos protagonizaram os ditos processos, isto é, sua cultura política. Os estudiosos da produção historiográfica levaram em consideração alguns desses aspectos, ainda que dando prioridade aos materiais escritos, à coloração política de cada tendência e à sua fidelidade aos fatos do passado (Devoto 1993; Halperin Donghi 1970; Quattrocchi-Woisson 1992), mais do que aos múltiplos usos e canais através dos quais a história expressa os conflitos da sociedade política contemporânea aos seus historiadores amadores e profissionais.

Desde os anos 80, as análises da memória social e da produção histórica enquanto atividades plurais de seleção, classificação, registro e reconceitualização da experiência, sublinham que a historização consiste na integração e recriação significativa do passado a partir do presente, através de noções culturais socialmente específicas de temporalidade, agência e causalidade (Guber 1994; 1996). Que um episódio passe a integrar “a história” depende das “convicções substanciais que os membros da sociedade mantêm acerca de partes do passado, assim como de idéias gerais acerca do que seria historicamente plausível” (Peel 1984:112; tra-

dução minha). Essas convicções constituem o marco e a matéria-prima com que os atores, ao mesmo tempo sujeitos históricos e analistas dos processos de mudança e continuidade de que participam, interpretam o passado e redefinem o “historicamente plausível”, segundo a ordem vigente e sua posição nela. Essas premissas nutriram os estudos da memória social dos setores populares da sociedade industrial e dos grupos indígenas (ver Popular Memory Group 1982; Portelli 1991; Rappaport 1990), advertindo-nos quanto às distintas vias — orais, escritas, cerimoniais, monumentais e onomásticas — mediante as quais o passado se atualiza no presente.

A nação foi objeto e sujeito privilegiado da história moderna. Nestas páginas, concebo a nação como um “construto cultural operando no domínio da política [...] que apresenta alguma reivindicação de homogeneidade em relação ao poder político” (Trouillot 1990:19). Ao enfatizar os usos e a localização da “nação” entre o Estado e a sociedade civil (Verdery 1992)¹, esta definição sustenta que toda questão nacional, expressa seja como essência étnica, racial, religiosa, ou como fundamento da cidadania, tem um caráter político ao mesmo tempo que cultural. Por intermédio das “ideologias nacionalistas”, entendidas como “produções culturais de identidades públicas” (Fox 1990:4), os grupos sociais definem-se através da reivindicação de pertencimento a uma mesma comunidade política, ocupem ou não o Estado nacional (Anderson 1983). De sua parte, o Estado moderno utiliza o passado nacional para marcar as continuidades da nação e para proteger sua legitimidade sobre uma mesma jurisdição e sociedade. Todavia, a história e a definição de nação não são coincidentes, mesmo sob regimes com alto grau de autoritarismo.

Essa perspectiva difere dos enfoques prevalentes sobre o nacionalismo argentino, com o que se costuma referir aos corpos doutrinários que desde os anos 20 reivindicam o particularismo cultural sustentado por pequenos grupos, geralmente de direita, como os *corporativistas*, os *hispanistas*, os *clericais* ou os *fascistas* (Navarro Gerassi 1968; Barbero e Devoto 1983; Rock 1993). Ainda que o epíteto de “nacionalista” possa ser estendido aos setores progressistas do populismo radical e peronista (Buchrucker 1987; Floria 1998), esta caracterização é insuficiente porque não dá conta da importância crescente da nação no cotidiano político do século XX, e porque o limita a uma série discursiva, em vez de considerar os conglomerados ideológicos produzidos pelas práticas dos grupos sociais (Archetti 1999). Na Argentina, a escassez de reflexões e estudos empíricos sobre os usos do símbolo nação talvez se deva ao fato de que, diferentemente do que ocorre em outros contextos sul-americanos, este

país não foi cenário de disputas étnicas, secessionistas, religiosas ou lingüísticas. Em lugar disso, as disputas foram predominantemente políticas e expressaram-se como tais, enquanto embates relativos à história.

Assim, entre 1930 e 1980, o nacionalismo foi se transformando em uma corrente de opinião que transcendia os pequenos núcleos partidários, passando a fazer parte do senso comum de vastos setores da sociedade civil e do Estado. Todavia, para a maioria dos argentinos, “ser nacionalista” não implica pertencer a uma cultura particular, e sim honrar os símbolos pátrios (Chiaramonte 1991; Halperín Donghi 1992) e sustentar uma difusa e variável reivindicação de soberania. Nestas páginas, mostrarei que a vigência desse nacionalismo não dependeu de sua coloração política, mas sim de sua adequação à configuração política argentina do século XX.

Condores²

Desde o início de 1966, dezessete homens e uma mulher vinham estabelecendo contato, através de vínculos pessoais diretos e indiretos, por iniciativa de Maria Cristina Verrier (27 anos), autora teatral e jornalista, filha de César R. Verrier, advogado da Capital e alto funcionário do governo de Arturo Frondizi (1958-1961). Verrier comunicou sua idéia a Dardo Cabo (25 anos), que se apresentava como jornalista mas era militante da juventude peronista da Unión Obrera Metalúrgica (UOM), da qual seu pai, Armando Cabo, era um destacado dirigente. Dardo foi o comandante da Operação, sendo secundado por Alejandro A. Giovenco (25), que também se apresentava como jornalista mas atuava, fundamentalmente, como militante do nacionalismo. O restante do grupo tinha origem em três setores. Alguns pertenciam à classe média, como os “empregados” — como se designava então os funcionários de escritório ou trabalhadores de colarinho branco — Juan Carlos Rodríguez (31), Pedro Tursi (29), Fernando Aguirre (20), Edelmiro Navarro (27), Andrés Castillo (23) e Fernando Lisardo (20), e os “estudantes” Aldo Ramírez (18), Ricardo Ahe (20), Luis Caprara (20) e Edgardo Saicedo (24). Outros se definiam como “operários”, geralmente do sindicato metalúrgico, como Juan Carlos Bovo (21), Norberto Karasiewicz (20), Ramón Sánchez (20), Pedro Bernardini (28) e Víctor Chazarreta (32). A imprensa logo se encarregaria de apresentar as famílias dos mais humildes, os “operários”, integradas em larga medida por imigrantes provincianos das zonas norte e oeste da Grande Buenos Aires, onde se localizava um grande

parque industrial. Vários membros do grupo não se conheciam antes da Operação. Embora o grupo fosse apresentado como refletindo diversos setores econômicos e sociais, seus membros compartilhavam certa afinidade política, que oscilava entre o nacionalismo de direita e o peronismo, proscrito desde a “Revolução Libertadora” de setembro de 1955, que depôs Juan D. Perón de seu segundo mandato presidencial. Essa confluência tácita entre nacionalismo e peronismo, e seu nucleamento, bastante factível, a partir da Juventude Peronista da UOM, teria seus efeitos, como veremos, na configuração da “juventude” como uma identidade política que ingressava em um cenário nacional particular pelas mãos de um sindicalismo opositor e negociador, simpático ao peronismo proscrito.

A Operação Condor estava planejada para novembro e previa a tomada da casa do governador britânico, o lançamento de uma proclamação, a difusão de suas intenções à população insular e continental argentina, e a imposição aos “usurpadores” do reconhecimento dos direitos argentinos sobre as ilhas. Para tanto se valeriam do seqüestro de um avião da companhia aérea estatal e da participação de Héctor García, diretor do diário tablóide *Crónica* e da revista popular *Así*. A Operação teve, todavia, de ser antecipada tendo em vista três circunstâncias: no dia 28 de setembro cumpria-se o terceiro mês da ascensão do general Juan Carlos Onganía após o golpe da “Revolução Argentina” contra o presidente radical Arturo H. Illia; além disso, nesses dias o chanceler Nicanor Costa Méndez apresentaria, na conferência anual das Nações Unidas, a reivindicação pelas Ilhas Malvinas; e o príncipe consorte britânico chegaria a Buenos Aires para os festejos do 150º aniversário da independência argentina (1816-1966).

O Douglas C-4 com 34 passageiros a bordo, incluindo o contra-almirante José M. Guzmán, “governador militar da Terra do Fogo, território Antártico, Malvinas e ilhas do Atlântico Sul”, partiu de Buenos Aires em direção à província de Santa Cruz pouco depois da meia-noite da terça-feira, 27 de setembro. Já no ar, dois integrantes do grupo forçaram o comandante do avião, Ernesto E. Fernández García, a mudar de rumo, enquanto outros se encarregavam da tripulação e dos passageiros. O avião aterrisou na pista de corrida de cavalos; não existindo ainda um aeroporto nas ilhas, os comandos denominaram o sítio de “Aeroporto Antonio Rivero”. O grupo distribuiu panfletos em inglês e castelhano à população explicando a operação, plantou sete bandeiras argentinas na turfa, rebatizou Port Stanley como “Puerto Rivero” e foi cercado por curiosos, fuzileiros navais e poderosos refletores.

O comandante da operação, Dardo Cabo, e a única mulher do grupo, Cristina Verrier, dirigiram-se à casa do governador para convidá-lo a se render ao pavilhão argentino, mas foram imediatamente expulsos. De dentro do avião, os jovens comunicaram-se por rádio com o continente, afirmando encontrar-se em “jurisdição nacional”, dado que “eles (os britânicos) são os usurpadores” (*Así*, 8/10/1966), e garantindo que não abandonariam seus postos até que o governo inglês reconhecesse a soberania argentina.

Na Argentina continental divulgou-se uma declaração na qual os comandos se autoqualificavam de “cristãos, argentinos e jovens”, “pertencentes a militâncias políticas distintas”, ao “povo argentino”, a “uma geração que [...] assume sem titubeios a responsabilidade de manter bem alto o pavilhão azul e branco dos argentinos”, e que prefere os “atos às palavras”. Endereçada de “Porto Rivero, Ilhas Malvinas”, a declaração dirigia-se “aos argentinos”.

“A responsabilidade de nossa soberania nacional foi sempre mantida por nossas Forças Armadas. Hoje consideramos que cabe aos civis, em sua condição de ex-soldados da nação, demonstrar que o aprendido em sua passagem pela vida militar calou fundo em seus espíritos, pois cremos em uma Pátria justa, nobre e soberana. [...] Em nome de todos quantos habitam nosso solo, e em especial da juventude argentina, ou chegamos a um acordo quanto ao nosso futuro ou morreremos com o passado” (*Así*, 8/10/1966; ênfases minhas).

Outro comunicado, assinado pelo presidente Onganía, assinalava o compromisso da “Revolução Argentina” com a soberania sobre as ilhas, a “responsabilidade do governo” pela proteção dos direitos argentinos sobre elas, e a responsabilidade das Forças Armadas pela adoção de medidas de força. Dado que o ato do comando “lesa o prestígio do país e sua tradição”, anunciava que seus responsáveis seriam submetidos à Justiça. “A recuperação das Ilhas Malvinas não pode ser desculpa para facciosos”, mas deve constituir “causa profunda da vocação patriótica de cada argentino” (*Así*, 8/10/1966). Por isso, “O governo britânico recebeu todas as garantias de que o comando não receberá uma ‘recepção triunfal’, mas serão, pelo contrário, considerados como delinquentes” (*Crónica*, 28/9/1966).

Graças à mediação do padre católico islenho Rodolfo Roel, os passageiros foram alojados nas casas dos *kelpers*, enquanto o grupo permanecia no avião sob as ordens do comandante da aeronave. À noite, a pedi-

do de Cabo, o padre celebrou uma missa no avião e os comandos entoaram o hino argentino. Pela manhã, em um salão da Igreja Católica, os passageiros e tripulantes reuniram-se com o governador britânico, que prometeu encarregar-se da “repatriação” do contingente, pois o avião, que ficara atolado na lama da pista de corridas, era inutilizável. Enquanto isso, se facilitaria aos passageiros a moeda local para que pudessem fazer compras.

“Para agradecer a ‘tantos oferecimentos’, falou então o governador argentino das ilhas, almirante Guzmán, que exaltou a hospitalidade e prometeu fazer chegar ao governador um agradecimento ‘em nome do povo e do governo argentinos’. Dito isso, um grupo de senhoras ofereceu café com biscoitinhos [...]”.

Depois de perfilar-se diante do mastro, hastear a bandeira e entoar o hino, o grupo rendeu-se “à Igreja Católica” e entregou as armas ao comandante da aeronave. Os dezoito jovens foram alojados em um lugar da paróquia onde passaram dois dias sob estrita custódia. Em sua proclamação final, Cabo celebrava haver reafirmado a soberania nacional, rebatizado Port Stanley, ter feito tremular a bandeira argentina por 36 horas, entoado o hino e oficiado missas em castelhano.

“O Comando ‘Condor’ não se rendeu nem depôs as armas diante das forças inglesas de ocupação. Tanto as bandeiras como os comandos se colocaram à disposição da aeronave argentina e do governador argentino da Terra do Fogo e Ilhas Malvinas. Viva a Pátria!”

O regresso no sábado ao meio-dia foi acompanhado por rezas católicas, pela benção dada aos comandos pelo padre Roel, pela entoação de marchas patrióticas e pelo desfraldar de bandeiras argentinas. O navio argentino Bahia Buen Suceso conduziu os integrantes do grupo, a tripulação e os passageiros à Terra do Fogo, onde chegaram na segunda-feira de madrugada. Durante toda a viagem

“[...] o juiz interrogou os tripulantes do avião, logo após ter conhecido pessoalmente os integrantes do ‘Grupo Condor’, os quais foram recebidos como heróis pelo pessoal civil do navio, para quem tiveram de autografar cerca de meia centena de bandeirinhas que se fez chegar a eles de todas as maneiras” (García 1993:246).

Os comandos retrucaram às perguntas do juiz com uma única resposta: “Fui às Malvinas reafirmar nossa soberania” (*Crónica*, 6/10/1966), e foram alojados nas Chefaturas da Polícia Federal de Ushuaia e Rio Grande, no território nacional da Terra do Fogo. Quinze deles recuperaram a liberdade depois de nove meses, e três permaneceram presos devido a seus antecedentes político-policiais. O julgamento dos “condores” foi realizado em Bahia Blanca, província de Buenos Aires, em 22 de novembro de 1966. Não sendo ainda penalizado o seqüestro de aviões na Argentina (García 1993:248), as acusações da Promotoria foram de privação de liberdade, posse de armas de guerra, delitos que ameaçam a paz e a dignidade da nação, abuso de armas, atos contrários à segurança de uma aeronave, associação ilícita, intimidação pública, roubo qualificado em lugar deserto* e à mão armada, e pirataria³.

Gaúchos

Entretanto, a historiografia “riverista” reavivada pela Operação desdobrava-se em livros, jornais e revistas. Segundo alguns historiadores, Antonio Rivero, oriundo da província litorânea de Entre Ríos, foi um dos peões que o comerciante hamburguês Luis Vernet, encarregado do governo da Província de Buenos Aires e novo governador das Malvinas, levou em 1829 a esta colônia para as lides pecuárias. No dia 1º de janeiro de 1833, depois de vários incidentes com os Estados Unidos, iniciados em 1831, em função dos quais Vernet retornou a Buenos Aires, os britânicos desembarcaram na ilha de Soledad (Falkland Oriental). As agora rebatizadas Falklands ficaram sob a tutela de um ex-lugar-tenente de Vernet, o despenseiro William Dickson, que foi substituído em março pelo novo administrador Matthew Brisbane. O francês de sobrenome Simón continuava atuando como capataz, como nos tempos de Vernet, e Dickson era o encarregado de hastear a *Union Jack* aos domingos e à chegada de cada navio.

O descontentamento, entretanto, campeava entre os peões, porque a administração inglesa rechaçava os vales com que Vernet costumava pagá-los para que se abastecessem na cantina.

* A expressão em espanhol é “robo calificado en despoblado”, uma figura jurídica que se refere a roubos praticados em um lugar despovoado — no caso, o ar —, de que se valeu a acusação na ausência de uma legislação específica contra o seqüestro de aviões (N. da T.).

“A peãozada, sofrida como *mitayos*⁴ mas com medula de titãs, reunia-se nos ranchos comentando a triste situação da ilha: o trabalho, seu pagamento, o desalojamento de nossas forças, a usurpação britânica, e a falta de notícias de Buenos Aires, de onde esperavam a reconquista das ilhas. Os dias passavam e as paixões se exaltavam. [...] Resolveram fazer uma contagem das armas: apareceram mosquetes, facões, sabres e boleadeiras. Logo contaram quatorze crioulos e dezessete estrangeiros. [...] Além de mais numerosos, os estrangeiros detinham mais e melhores armas, como fuzis e pistolas; por conseguinte, para equilibrá-los e superá-los, os crioulos teriam de proceder pela surpresa, decisão e rapidez. O comandante seria Antonio Rivero, que pensou poder arrastar com o impulso do grupo os que se mostravam indecisos. [...] estavam de um lado Brisbane, Simón, Dickson, Lowe e os outros estrangeiros, que ansiavam por um acordo com a Grã-Bretanha; de outro, o elemento patriota. Os primeiros acreditavam que não tardaria muito um navio de guerra inglês destacado da base naval do Atlântico Sul, com autoridades e forças armadas; os segundos tinham esperança na chegada iminente de uma flotilha portenha [...]” (Leguizamón Pondal *apud* Tesler 1966:4).

Rivero deflagrou o levante dos “gaúchos” em 29 de agosto de 1833, quando o tenente Lowe saiu para caçar lobos-marinhos. Os gaúchos Rivero, Brasido, Luna, Flores, Godoy, Salazar, González e Latorre tomaram a sede do Comando, mataram Dickson, Simón e Brisbane, arriaram o pavilhão inglês e hastearam a bandeira argentina, que tremulou durante meses.

Com a chegada do navio Challenger, em 7 de janeiro de 1834, a tropa inglesa começou a perseguir os rebeldes. Luna pediu o perdão britânico e abandonou seu chefe; os restantes continuaram a lutar nos arredores de Puerto Luis, com boleadeiras e armas brancas. O tenente Smith, tendo Luna como guia, organizou uma batida pela ilha para aprisionar Rivero.

“Assim começa a última etapa de uma luta que tem características de epopéia. Rivero e os seus operam como audazes e corajosos guerrilheiros que, por momentos, mantêm os ingleses em xeque. [...] A captura de Rivero é patética. No último dia de fevereiro [...] uma patrulha fortemente armada sob o comando de Kussler sai em busca dos gaúchos e percorre assim quase toda a ilha de Soledad. Regressa no oitavo dia, trazendo prisioneiros quatro crioulos. Rivero conseguiu fugir, mas acabou sozinho diante dos ingleses” (Tesler 1966:4).

Vendo-se “perseguido e sem notícias de Buenos Aires”, Rivero foi cercado por dois grupos de fuzis; com a entrega de suas armas, teve fim “a última resistência contra a usurpação inglesa” (Leguizamón Pondal *apud* Tesler 1966:5). A escuna Beagle transportou-o para a Inglaterra (Tesler 1966:5), levando

“[...] seu sacrifício até o último extremo. Ser agrilhado em três barcos ingleses, para ele que vivera livre, como só são livres os gaúchos, para ser devolvido como um farrapo humano a uma terra que não era a sua, em um sofrimento supremo de, desde outra pátria, espreitar a pátria, à qual tanto deu, desmembrada pelos mesmos ingleses contra os quais lutou” (Muñoz Azpiri 1966:403).

Em 1838 Rivero foi embarcado para a América do Sul e libertado no Uruguai.

“Alguns investigadores afirmam que de Montevidéu foi para Entre Ríos, sua terra natal. Nestes dias confessa ter descoberto [...] Leguizamón Pondal que o capitão Rivero caiu na batalha de Obligado, em 20 de novembro de 1845, lutando contra os invasores ingleses e franceses; as primeiras vítimas desta hecatombe morreram cantando o Hino Nacional Argentino nas barricadas, entoado pelas bandas militares do Regimento nº 1 de Patrícios de Buenos Aires” (Muñoz Azpiri 1966:403).

O drama da nação nas Malvinas

Em junho de 1966, a imprensa de orientação popular referia-se aos comandos como “gaúchos” e “patriotas”, reunindo em uma mesma publicação artigos sobre a Operação e sobre Rivero, como se as duas histórias fossem uma. O ato de batismo de “Puerto Rivero” dava sentido à Operação, aos seus jovens agentes e à reivindicação argentina sobre as ilhas, transformando a gesta de Rivero em um modelo interpretativo do processo político argentino, mais concretamente da derrocada e exílio de Juan Domingo Perón e da subsequente Resistência Peronista. Este processo político dos anos 50 e 60 podia ser reinterpretado à luz da história de Rivero, um quase-drama turneriano (Turner 1974), cuja seqüência consistia nas fases de ocupação e rebelião, captura e deportação, regresso e morte. A interpretação “riveriana” dos fatos políticos dos anos 50-60 ganhava plausibilidade graças a um sistema político marcado pela proscricão e

pelo autoritarismo, e por isso definido como antinacional. No que se segue, investigarei a articulação entre a história de Rivero e o processo político tal como interpretado por seus contemporâneos.

Ocupação e rebelião

Em 1995 um ex-comando atribuiu a eleição da figura de “Rivero” à literatura historiográfica revisionista de cunho, geralmente, mas não exclusivamente, nacionalista, cuja retórica antiimperialista, antiliberal e propensa a regimes fortes como o de Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires entre 1832 e 1853, era de consumo corrente na década de 60. Esta literatura surgiu nos anos 20 e 30 em resposta à lei, instaurada em 1912, que estabeleceu o voto universal e obrigatório para os homens; todavia, mais tarde, foi incorporando as bandeiras de defesa da economia nacional e das democracias populares de Hipólito Yrigoyen (1916-1922) e de Perón (1945-1952 e 1952-1955).

Os “riveristas” — historiadores, profissionais ou amadores, e militares aposentados de orientação conservadora, corporativista, peronista e socialista — diferiam da historiografia oficial, que desprezavam por “liberal”⁵, quanto ao sentido atribuído à rebelião dos peões de 1833. “A Academia Nacional de História desmente a motivação patriótica dessa ‘sublevação’ em um ditame de abril de 1966” (Muñoz Azpiri 1966, v.I:123, n.130), baseada em *Les Iles Malouines* (1982 [1910]), primeiro ensaio sobre os direitos argentinos ao arquipélago, do francês Paul Groussac, figura da alta-cultura conservadora do início do século XX. Groussac via em Rosas o responsável local pela perda das ilhas, e baseava-se nas informações do naturalista e viajante Fitz Roy, que, após uma passagem pelas ilhas, descreveu a rebelião de Rivero como um mero assassinato, e os gaúchos como “bandidos” e “bárbaros ferozes” (Groussac 1982:50).

Os riveristas criticavam a Academia Nacional de História e Groussac por basearem suas interpretações em fontes britânicas, embora admitissem carecer de evidências para afirmar “que Antonio Rivero foi um gaúcho patriota que em um momento de desespero se levantou contra os ocupantes da ilha, todos estrangeiros, e se apropriou de uma terra que considerava sua” (Almeida 1966:37).

Esta conclusão lhes parecia, todavia, plausível, porque a Rivero iluminava “a luz dos grandes sentimentos pela pátria” (Quirós 1966:402); sua rebeldia provinha da consciência de sua alienação econômica, motivada pela ocupação britânica, da traição dos colonos de Vernet e da indi-

ferença do Estado de Buenos Aires. Assim, a primeira parte da história de Rivero sustentava que uma porção do território nacional havia sido ocupada por uma força estrangeira, afirmação compartilhada pela maioria dos argentinos; mas também sustentava que Rivero se havia rebelado contra os usurpadores da pátria, o que estava sujeito a maior discussão.

A mesma alternativa acompanhava os integrantes da Operação de 1966, que se propunham a aparecer diante da opinião pública e do governo como defensores da nação contra uma força de ocupação. Para isso, precisavam representar as Malvinas como uma parte usurpada da Argentina, e investir-se a si mesmos como agentes legítimos de sua simbólica recuperação. Que as Malvinas tinham sido usurpadas era, em 1966, uma premissa compartilhada pelo Estado e pela sociedade, para o que contribuíam os programas escolares, a iconografia geográfica e os relatos da história oficial. Este sentimento comum alcançava expressão pública em algumas iniciativas, como a do piloto civil de ascendência irlandesa, Miguel Fitzgerald, que havia aterrissado em 1964 nas Malvinas sob o “único, necessário e suficiente título” de ser “cidadão argentino” (Fitzgerald *apud* García 1993:219-220). O historiador britânico Arnold Toynbee recordava como, em sua visita à Argentina em 1966, as Malvinas se faziam presentes:

“[...] todos os argentinos estavam de acordo em sustentar que as ilhas eram legalmente suas, que a reivindicação britânica sobre elas não tinha valor algum, e que a ocupação britânica das ilhas era, conseqüentemente, uma ocupação ilegítima. Quanto a isso, o governo argentino e o povo coincidem de forma unânime, e não se trata apenas de uma postura acadêmica; a disputa com a Grã-Bretanha sobre as ilhas tem sua origem em sentimentos profundos e apaixonados profundamente enraizados nos corações argentinos” (Toynbee *apud* Pereira 1984:84).

Um ex-comando lembrava que, naquele tempo, “todo mundo sabia que as Malvinas eram um símbolo argentino” (Ahe, maio de 1995); este saber se fundava em dois valores subjacentes à reivindicação diplomática, fazendo desta a manifestação da merecida legitimidade dos condores: os valores da dignidade e da unidade perdidas dos argentinos.

“Qual foi a nossa maior humilhação? Malvinas. Qual era a maior reivindicação? Recuperar Malvinas! Nós argentinos estávamos divididos. Sobre o que não discordávamos? Sobre as Malvinas. Nisso nós argentinos estamos todos de acordo. Depois, quanto ao restante, não encontramos nosso destino manifesto” (Ahe, maio de 1995).

Dignidade e unidade estavam sujeitas a uma leitura particular no clima político das “antinomias” entre peronistas e antiperonistas, oposição que a Revolução Argentina se propunha a eliminar aniquilando um dos pólos, a saber, o peronismo. No exercício de plenos poderes, as Forças Armadas manteriam sua proscrição, impediriam o regresso de Perón ao país e redisciplinariam o jogo político. As débeis democracias, encabeçadas por candidatos eleitos enquanto o peronismo continuava proscrito — Arturo Frondizi (1958-1962), da União Cívica Radical Intransigente, e Arturo Illia (1963-1966), pela União Cívica Radical do Povo — haviam sido incapazes de reorientar os hábitos eleitorais dos argentinos.

Para entender o lugar crescente que ocupou o apelo ao símbolo “nação” na Argentina, é preciso repassar, ainda que brevemente, as “regras do jogo” impostas pelos setores agroexportadores e seu braço armado, os militares. Com efeito, o jogo político estava viciado pelos estreitos canais da “democracia restrita”, quer dizer, pela exclusão de importantes setores de votantes, e pelas reiteradas ameaças de golpe das Forças Armadas, que vetavam qualquer conjectura de candidatura filoperonista. “Os governos tenderam a adotar aquelas políticas que melhor satisfaziam o setor mais ameaçador no momento. Mas as condições de soma zero significavam que cada uma dessas decisões políticas levantava novas ameaças de outros setores poderosos” (O’Donnell 1977:157-158).

Retomando Huntington, O’Donnell qualificou esse sistema como “pretorianismo de massas”.

“Em uma situação em que o objetivo político primário era controlar os meios de ameaçar a sobrevivência do governo, as instituições políticas designadas para obter a resolução consensual dos problemas podiam apenas sobreviver. E onde prevalecia a estratégia da ‘ameaça’, a forma mais efetiva para um setor garantir suas demandas era ser mais ameaçador que os demais. Assim, [...] A única estratégia efetiva para cada setor era jogar segundo as regras reais mais do que pelas institucionalmente prescritas” (O’Donnell 1977:157-158).

Os argentinos estavam diante de “uma situação dada: tudo o que se conseguia era por via violenta; o peronismo estava proscrito” (Ahe, maio de 1995). Assim, “os que tomaram o caminho da violência nos anos 60 tinham plena consciência de como os esforços constitucionais para provocar uma mudança haviam sido repetidamente frustrados” (Gillespie 1987:79).

Para os peronistas, a Argentina havia sido ocupada em 1955, quando uma aliança cívico-militar, com apoio de radicais, independentes e

setores orgânicos da esquerda, expulsou Perón de seu segundo governo e deu início a uma massiva perseguição contra seus simpatizantes e sua simbologia escrita, iconográfica e onomástica (Guber 1996). A polarização peronismo-antiperonismo atravessou toda a sociedade, convertendo-se na primeira experiência política da maioria dos condores, que em 1966 tinha entre 18 e 32 anos.

“Eu nasci em Villa Urquiza, no bairro Presidente Perón, um bairro onde até os cachorros eram peronistas. Quando veio o golpe de 55 — eu tinha 13 anos — sentimos que o mundo virava de cabeça para baixo e uma terrível agressão pelo simples fato de sermos peronistas ou de vivermos em um bairro peronista. Passavam os carros e nos provocavam, gritavam coisas, insultavam-nos. Aí começamos a nos organizar com os meninos de minha idade, montamos rondas e quando eles vinham os recebíamos a pedradas. Depois começamos a fazer as primeiras pichações pelo bairro e essa foi minha iniciação militante” (Castillo *apud* Anzorena 1989:95).

Assim o condor Andrés Castillo descrevia um período que os peronistas chamaram “a Resistência”, e que abarcou os dezessete anos de proscricção do peronismo e do exílio de Perón. A ação direta era a expressão política e não doutrinária da dita exclusão.

“A utilização desses métodos e a importância de fazer retroceder a soberba gorila não é compreensível se não se as situa no clima que se vivia nesse momento. Pois se havia alguém que vivia intimidado, este era o povo peronista, e o objetivo era reverter essa situação. [...] Era um ódio visceral. A necessidade de impor a ‘ordem’, de erradicar esse ‘estigma’ do peronismo. Era uma perseguição ideológica, mas não no sentido típico da palavra. Não é que ser peronista fosse ser de esquerda, ser peronista era uma vergonha, um estigma, algo que se devia erradicar. Era ser lixo, coisa de negros. Era o desprezo dos setores dominantes, a que se havia somado a classe média. Era muito mais terrível do que quando te perseguem por ser marxista; não era ser subversivo, era ser uma merda. Então quando nós agarrávamos um destes gorilas o destroçávamos, sem palavras, sem ideologia” (Rulli *apud* Anzorena 1989:28).

A ação direta era uma estratégia adequada nos quadros de uma orientação política (mais que de uma estrutura partidária) proscrita e difusa centrada em um chefe que se comunicava por emissários com o disperso, mas “leal, povo peronista”. Perón, espectador e artífice, definia

assim a Resistência: “Nosso movimento não pode ser destruído pela força ou fraude, se mantém a resistência insurrecional e estende e intensifica sua organização” (Perón *apud* Baschetti 1988:70). Mas, no período pós-55, a única organização peronista que pôde sobreviver foi o sindicalismo, que também devia negociar e pressionar o governo para manter as conquistas operárias da década peronista e a legitimidade dos dirigentes diante das bases. Em suma, em face da reivindicação da dignidade maculada em uma “situação dada” e crônica de proscricção, era mais proveitoso atuar por fora das “pautas formalmente prescritas” (O’Donnell 1977: 158). Por isso, os peronistas sabiam (ou desejavam) que o retorno do peronismo ao governo se concretizaria não mediante promessas, mas através de pressões sucessivas e tenazes.

Tal postura distinguia esses jovens da elaboração ideológico-política da esquerda marxista-leninista (“nós nunca fizemos parte do PC” [Partido Comunista]) e os aproximava das organizações violentas de direita, como o Movimento Nacional Tacuara, e de esquerda, com seu nascente grupo foquista rural no noroeste argentino⁶. “Vínhamos da direita”, recordava um ex-comando, pelo “tema do nacionalismo, da violência, pelo tema da verdade dos punhos e das pistolas como estando acima do racional, que calavam fundo em nós”. A isto se agregavam as simbologias católica e nacionalista, os brancos britânicos e a figura do condor dos Andes como emblema nativo da soberania⁷. Assim, a legitimidade dos condores como defensores da soberania nacional buscava fundar-se, primeiro, na ilegitimidade consensual da ocupação britânica das Malvinas e, segundo, em sua inclusão em uma juventude que dizia pertencer à religião oficial e à nação; o amplo desdobrar da simbologia patriótica e católica nas Ilhas o confirmava. Mas o contexto político, o tom ilegal e paramilitar da operação, e a eleição de um personagem histórico sem aceitação oficial, contribuíram para uma outra leitura.

Captura e deportação

A operação desse grupo de jovens em “defesa da soberania” colocava o governo em uma posição incômoda no plano internacional, por coincidir com a conferência anual das Nações Unidas e com a visita do príncipe britânico, assim como por ignorar, no plano nacional, a autoridade das Forças Armadas. Buscando posicionar-se de maneira rápida e inequívoca, Onganía qualificou os comandos de “delinqüentes” — inimigos do Estado e da lei — e “facciosos”, acusando-os de preferir um setor à

totalidade, e de recorrer a instrumentos ilegais e anti-sociais. Para isso, o regime tentou quebrar o vínculo “nacional” entre condores e sociedade, que já se vislumbrava na entusiasmada recepção aos primeiros por parte da tripulação civil do “Bahia Buen Suceso”. A reclusão no extremo sul argentino, Terra do Fogo, jurisdição dependente do Estado federal, onde, no início do século XX, funcionara um presídio destinado a presos perigosos e a agitadores anarquistas — inimigos do Estado e da sociedade —, buscava precisamente separar os comandos do “povo argentino”.

Todavia, um setor do jornalismo trabalhava em sentido contrário. Resistindo ao sigilo, à hora e ao frio, a imprensa esteve presente no desembarque dos presos em Ushuaia às três da madrugada, e publicou, a partir de outubro de 1966, notas sobre o cotidiano dos jovens no cárcere, reportagens sobre o grupo e seus familiares, e até mesmo o casamento de um deles. Os condores deixavam assim de aparecer como delinquentes para transformarem-se em parentes — filhos, esposos e pais —, quer dizer, em parte do povo, o qual se via refletido metonimicamente na condição de prisioneiros daqueles dezoito “verdadeiros argentinos”, sob uma ditadura ilegal de duvidosa devoção e legitimidade nacional.

Essa imagem era muito atraente para uma juventude excluída do jogo político, cujo inconformismo com o *status quo* (a “situação dada”) ia além da lealdade peronista. Por isso, a Operação Condor exemplifica a formação identitária de parte da juventude em um lugar de oposição a um regime fundado na repressão às esquerdas, aos universitários, à classe operária e, particularmente, à resistência peronista. Esse lugar de dissenso, para o qual contribuía um certo jornalismo, tinha suas peculiaridades.

Até 1966, muitos jovens se haviam incorporado às organizações sindicais de indubitável simpatia peronista, mas não de maneira orgânica e sim como colaboradores e tropa de choque de certos dirigentes e sindicatos; isto permitia aos jovens da classe média canalizar sua rebeldia e “sentir-se ao lado da classe trabalhadora” (Castillo *apud* Anzorena 1989:89), enquanto eram instruídos em táticas de ação direta. Os sindicatos foram cruciais para a Operação; seu comandante Dardo era filho de Armando Cabo, um notório sindicalista metalúrgico; além disso, o grupo utilizou a estrutura financeira e os “ferros” (armas), o aparato de difusão e os advogados da poderosa, organizada e peronista Confederación General del Trabajo (CGT).

Todavia, os comandos esforçavam-se para apresentar sua ação como uma iniciativa autônoma que obedecia apenas à autoridade de Perón, chefe inquestionável, em um período de *communitas* — o da Resistência — lembrado pela igualdade, a ausência de hierarquias, o espírito de sacri-

fício e a solidariedade com os demais peronistas, os “compañeros”, na luta pelo regresso do líder proscrito (James 1988:79).

A estrutura da CGT estava mais comprometida com as transformações políticas em curso. Os sindicatos organizavam-se contra o “revanchismo” de patrões e interventores sindicais, espontânea e localizadamente (James 1988:64), enquanto a proscrição da velha direção peronista permitiu o surgimento de novos delegados que ocuparam as comissões internas no período de “normalização” sindical. A sobrevivência da CGT, contudo, dependia de hábil negociação com os sucessivos governos, em um jogo de incessantes pressões, razão pela qual muitos dirigentes sindicais evitaram tornar público seu entusiasmo pela Operação.

Os condores, ao contrário, apresentavam-se como “a juventude”, isto é, como a expressão mais pura e menos transigente do peronismo e do sistema político em geral. Para constituírem-se como um ator político com relativa autonomia, fundavam sua legitimidade na “defesa da pátria” — a Operação Condor — e, no interior do Movimento Justicialista, na sua proximidade ao líder⁸. Estas duas dimensões não eram excludentes. O próprio Perón já identificava a sua corrente política com a nação, como quando afrontava a “partidocracia liberal” e definia o seu como um Movimento de todos os estratos da sociedade. Mas, para afirmar sua legitimidade nacional, os condores não podiam invocar suas simpatias pelo peronismo — que alguns deles não professavam — nem explicitar sua oposição ao regime, já que a causa territorial era compartilhada por todos os argentinos, incluindo suas Forças Armadas. Como a nação era a única mediação aceita pelo regime (O’Donnell 1979), Malvinas e Rivero permitiriam aos condores se posicionarem no panorama político ao mesmo tempo que, de fato, desqualificavam o regime.

A invocação de Rivero obrigava a comparar 1966 com 1833. Para o governo, a gesta do gaúcho carecia de relevância ou, em todo o caso, confirmava o caráter delituoso da Operação. Agora, se na história Rivero havia sido capturado como delinqüente por um governo estrangeiro e colonialista, em um ato que para os argentinos ostentava o caráter inegável de uma usurpação, como caracterizar o governo que em 1966 identificava como “delinqüentes” jovens cuja ação se fundava na causa justamente compartilhada da soberania nacional? Como evitar o qualificativo de “antinacional” e “traidor” para esse Estado argentino que os tratava como prisioneiros, da mesma maneira que o governador britânico nas ilhas? Este paralelo foi destacado em referência ao contra-almirante Guzmán, que parecia mais interessado em satisfazer aos britânicos que em afirmar sua posição de governador, mesmo que nominal, das ilhas⁹.

Como em 1833, em 1966 o governo dava as costas aos verdadeiros patriotas, que hoje como ontem careciam de armamento e organização, mas contavam com um profundo sentimento nacional. Rivero havia sido preso e deportado; os condores foram confinados na Terra do Fogo. A magnitude dos castigos destacava a envergadura de suas ações. Um e outros seriam libertados e regressariam à sua terra para morrer por ela.

Regresso

O ponto mais frágil da gesta de Rivero, segundo admitiam seus historiadores, foi sua participação na batalha de “La Vuelta del Obligado”, na boca do rio Paraná, contra o bloqueio anglo-francês de 1845, que disputava a Buenos Aires a livre navegação dos rios do interior. Mas esse desenlace servia aos historiadores riveristas para ratificarem o retorno à sua terra natal e a incorporação do prócere gaúcho, individual e anárquico, à estrutura do Estado-nação. Depois de sua espontânea rebelião de 1833, sem nenhuma hierarquia além de sua liderança natural sobre os peões-guerrilheiros, Rivero convertia-se em um gaúcho-capitão do Exército argentino.

A plausibilidade dessa construção se enraizava, primeiro, na tensão inerente à tradição gauchesca rio-pratense, e, segundo, no processo político dos anos 60-70.

“Não há provas de que fora realmente um gaúcho das Malvinas [quem morreu em Obligado]. Mas, sem sombra de dúvida, a presença e morte de Antonio Rivero neste combate teria sido um fato lógico na trama de seu dramático destino [...] que, desde o fundo remoto dos anos, estava lhe assinalando uma missão que Rivero cumpriu sem se dar trégua: a defesa da soberania argentina” (Tesler 1966:5).

A figura do gaúcho, protótipo da literatura culta do gênero da poesia “gauchesca”¹⁰, apresenta uma ambigüidade crucial, referindo-se, por um lado, ao povoador dos pampas, vagabundo, criminoso, sem lei, rebelde à autoridade e desertor do Exército, e, por outro, ao homem do campo, trabalhador, com lar, família e “rancho” (casa), valoroso, bom soldado, nobre e leal a seu superior — patrão ou superior militar. A literatura gauchesca “intervém nessa indefinição e a dramatiza” (Ludmer 1988:29), transformando o homem dos pampas em eixo de um gênero constitutivo da pátria. Já em 1830, muito antes de José Hernández publicar seu *Martín Fierro*, obra matriz do gênero, o general Lucio V. Mansilla, sob cujas

ordens Rivero combateria, distinguia entre “o ‘camponês gaúcho’ (que tem lar, trabalho, respeito pela autoridade), e o ‘gaúcho puro’, jogador, brigão, inimigo da disciplina, que foge do serviço e se refugia entre os índios se dá uma punhalada” (Ludmer 1988:29, nota 5).

Esta distinção assinalava um ser próprio da fronteira sul e interior, distante da civilização urbano-portuária e próximo ao selvagem e ao “deserto”. Como os poetas gauchescos, os historiadores riveristas liam nessa condição, primeiro, o protesto contra uma ordem desigual imposta pelos “doutores” da capital, e uma possível ordem alternativa baseada no apego à terra, na liberdade e na ética igualitária. Se são consideradas “condições” gaúchas a generosidade, a hospitalidade, a reserva e a modéstia, em uma “sociedade de gaúchos”, então, “não existem diferenças de classe. O que serve é o mesmo que paga para que o sirvam. Comem na mesma mesa e assistem juntos às mesmas diversões. Condição gaúcha igualitária, nascida no deserto, que se manteve em nossas estâncias gaúchas” (Quirós 1966:403-404).

Segundo, para os riveristas, essas características fundavam uma relação política sem mediações entre o líder e seus seguidores. Tal relação permitia aos exegetas de Rivero disciplinar a ambigüidade de sua figura, enquadrando sua face rebelde na antinomia crioulo-estrangeiro, e sua face leal na defesa da pátria (Shumway 1991). Rivero reintegrava-se à nação, mas apenas para servir a um Estado, segundo os autores, verdadeiramente nacional. Para estes e outros historiadores revisionistas, o governador de Buenos Aires era a figura arquetípica do nacionalismo argentino; “gaúcho entre os gaúchos”, Rosas havia sido o receptor e depositário do sabre do pai da pátria, o general San Martín (Quattrocchi-Woisson 1992)¹¹. A morte de Rivero no governo de Rosas e sob o comando de seu genro Mansilla revelava a conclusão do ciclo estatal-nacional do gaúcho rebelde das Malvinas.

Mas em 1966, a saga de Rivero podia encarnar o destino de glória dos jovens que clamavam por um triplo retorno: o dos condores à luta; o do chefe Perón ao governo e à pátria; o das ilhas à nação. Somente sob um governo verdadeiramente nacional as ilhas voltariam a ser argentinas¹².

“E ‘como nada se realiza em uma comunidade que não se realiza’ [expressão do próprio Perón], entendíamos que uma recuperação das ilhas implicava recuperar nossa soberania nacional, econômica, social. Isto somente se realizaria com Perón. Por isso a questão do retorno estava implícita em tudo isso” (Ahe, maio de 1995).

Esses “retornos” deviam transformar a nação, o Estado e os próprios condores, que se encontravam situados em uma fronteira ao mesmo tempo geracional e política: não eram nem crianças nem adultos; nem novatos em política nem experimentados militantes; nem peronistas “de primeira hora” (da década de 1945-1955), nem parte de uma consolidada ordem pós-peronista; nem ativistas do aparato sindical nem do político; nem alinhados em algumas das três organizações ou ramos do Movimento, o político, o feminino e o sindical. Diante de uma “situação dada”, simpatizavam, primeiro, com um movimento proscrito que não se reconhecia como partido, e sim como encarnação da vontade popular; segundo, com um dirigente que intervinha ativamente na política nacional apesar de seu injusto exílio; analogamente, esses “jovens argentinos” tinham ido afirmar a soberania, mas seu Estado os considerava “facciosos” e “delinqüentes”.

Finalizada a Operação, alguns ex-integrantes se voltaram com muitos outros jovens para a institucionalização da posição dos “jovens” no Movimento; esse lugar da Juventude Peronista, ou “quarto ramo”, seria reconhecido não pela estrutura partidária, mas pelo “Primeiro Trabalhador”, como enunciava a Marcha Peronista¹³. Em nota enviada de Madri, em 1º de julho de 1965, ao “Senhor Don Ricardo Ahe”, Perón reconhecia sua afiliação peronista, pois se dirigia a ele como “Meu querido companheiro”, e seu patriotismo, na figura paradigmática que os jovens haviam eleito:

“Fui informado pelo Major Vicente dos procedimentos seguidos no caso do ‘Operativo Condor’ e desejo fazer chegar-lhe meus parabéns e melhores votos. Permanece, como um marco na história, um gesto que não pode senão honrar os executores da ‘Operação Condor’ que o bando de pássaros migratórios da ditadura não poderá compreender nunca. Um grande abraço, Juan Perón” (Ahe, arquivo pessoal).

Esse reconhecimento, todavia, não os inseria no Movimento, mas apenas os admitia no campo nacional, como o condor que sobrevoa os confins andinos da República Argentina.

Morte e liminaridade eterna

Os dezoito comandos auto-identificados como jovens, argentinos e católicos que, em 1966, desviaram o DC-4 para as Malvinas em uma operação de tipo militar a que chamaram “Condor”, invocando o Gaúcho

Rivero para rebatizar Port Stanley, expressavam um setor da sociedade civil, os jovens, que, em nome da nação, se situavam em uma posição de tal ambigüidade que, não sendo nem de completa exclusão nem de total subordinação ao *status quo*, permitia a cada elemento da Operação falar de e constituir a sociedade política. Esta posição reunia as Ilhas Malvinas, o Gaúcho Rivero, os jovens comandos e o “chefe” político máximo, Perón, em um lugar de liminaridade (Turner 1969).

As Ilhas Malvinas sintetizam em sua representação geográfica e jurisdicional a ambigüidade de não estar nem aqui nem lá: são o território insular mais significativo de um país de assentamento continental; jazem no oceano Atlântico mas sobre a plataforma continental argentina; são reivindicadas como “argentinas”, mas estão ocupadas pela Grã-Bretanha. A necessidade de reafirmar seu nome argentino (“Malvinas”) e rebatizar sua capital (“Puerto Rivero”), bem como o empenho em implantar nelas os símbolos pátrios (bandeira e hino), a língua e a fé (missas católicas, panfletos em castelhano), revela-as como fronteira oceânica e política, cujo pertencimento é necessário ratificar.

De características similares, Rivero aparecia, assim como outros gaúchos, como uma figura oscilante entre o limite e o arquétipo da nação argentina, às vezes camponês leal subordinado ao Estado, às vezes “puro” e rebelde contra a hierarquia e a norma oficiais. Sua evocação era também incerta: para os revisionistas incorporava-se ao Estado, pela historiografia oficial era insultado como bandido, e para os jovens destacava-se por seu patriotismo rebelde.

Os comandos também se colocavam como seres liminares. Condores sobrevoando os confins da Argentina, erigiam-se em guardiães da fronteira atlântica e insular com a Grã-Bretanha. Seu caráter ambíguo expressava-se em vários aspectos: empregavam terminologia castrense (“comandante”, “comandos”, “comunicados”), mas ignoravam a hierarquia militar do Estado-nação (as Forças Armadas e Guzmán); recordavam sua passagem pelo serviço militar obrigatório, instaurado em 1901, já que a maioria do grupo era composta de homens, mas continuavam chamando-se de “jovens”, como se o rito de passagem à fase adulta conferido pela conscrição ainda estivesse pendente. A recuperação simbólica das Malvinas associava-os a uma causa de todos os argentinos e os afastava das antinomias enfrentadas por seus seniores desde 1955, mas este “sacrifício desinteressado” os conduziu ao cárcere; finalmente, o Estado encarregado de custodiar a soberania territorial associava-se aos usurpadores e acusava os jovens de facciosos.

A mesma ambigüidade operava no sistema político, particularmente dentro do Justicialismo. Para os peronistas, Perón encarnava a nação

“justa, nobre e soberana”, e por isso se viu proscrito e perseguido. Diferentemente dos setores mais institucionalizados do Movimento, empenhados em negociar com os poderes de plantão, os condores peronistas apresentavam-se como a alternativa moralmente pura, e por isso externa e intransigente, diante de um regime que excluía as maiorias populares, tanto argentinas quanto gaúchas.

Essa condição compartilhada por Malvinas, Rivero, condores e Perón, que sua associação vinha confirmar, preocupava o governo porque, a partir de um símbolo caro aos argentinos como as Malvinas, os comandos podiam questionar o Estado enquanto legítimo representante e guardião da nação. O regime da Revolução Argentina procurou apresentá-los não como jovens patriotas, mas como inimigos do Estado e da sociedade. Contudo, no contexto da polarização política, da repressão extensa, da institucionalidade do governo e da prisão dos condores, a identificação destes com o destino do “povo” era mais plausível que sua assimilação a um inimigo interno. A história de Rivero, que circulou profusamente em 1966, contribuiu para enraizar os condores no passado nacional, somando-os, apesar de sua juventude, a uma tradição de luta — e aqui o aporte dos riveristas — tendo em vista a perene indiferença do Estado diante da pátria em perigo.

A posição de liminaridade era problemática também para aqueles setores que pretendiam consolidar o aparato justicialista a partir de sua “coluna vertebral” — o sindicalismo — e dos setores que geriam o “retorno” do peronismo à lida eleitoral, que se concretizaria em 1973, e de Perón ao país. Para estes, a *communitas* da Resistência ia cedendo à “estrutura” que Perón conduziria com não poucos problemas.

Nesse contexto, os condores tentaram somar-se à institucionalização do Movimento, sem, no entanto, abandonar sua face antiestrutural, a da ação direta e da clandestinidade. Precisamente, os jovens exploravam, e eram explorados por essa ambigüidade: sua exterioridade às normas era utilizada por Perón e por setores do Justicialismo para fustigar o regime, como se se tratasse de uma fronteira, dessa vez política, a conquistar. Uma vez cruzada a linha, isto é, quando o peronismo chegou ao governo, boa parte dos jovens transformou-se em um setor suspeito de exercer atividades “anti-sociais”. Em 1974, inclusive, quando Perón, em sua terceira presidência¹⁴, participou de um de seus últimos encontros públicos na Praça de Maio, qualificou de “imberbes” e “infiltrados” os jovens, presentes no ato, que demandavam que ele “limpasse” o governo de seus elementos reacionários e repressivos. A consciência da liminaridade foi imediatamente apontada por Dardo Cabo, convertido então em chefe da organização guerrilheira Montoneros, a ala militar da Juventude Pero-

nista. “Ontem éramos os ‘*muchachos*’ saudados com carinho pelo chefe do movimento por nossa luta. Agora dizem que há outros partidos “socialistas” para onde podemos ir se quisermos. Por que não nos disseram isso antes, quando estávamos lutando? (Cabo *apud* Andersen 1993:132).

A morte de Perón, em 1^o de julho de 1974, aguçou as lutas internas no Movimento e na sociedade, desencadeando o terrorismo, sistematicamente assumido pelo PRN, e cujo principal alvo seriam, não casualmente, os jovens.

Por isso, quando em 1995 perguntei a um ex-comando o que acontecera após a liberação, ele me respondeu: “Ah, o que se passou depois foi tristíssimo, tristíssimo: liquidou-se uma geração”. E, recordando as brigas entre aparatos e as cisões no peronismo, e no interior da própria Juventude Peronista, assinalou que cinco condores, incluindo seu comandante, morreram em ações violentas, em disputas internas ao peronismo em 1974-75 (Giovenco) e durante a repressão massiva que se seguiu ao golpe de Estado de 1976 (Cabo). O final abrupto da trajetória da “juventude” como identidade política comprometida com as transformações política e social, isto é, com os ideais da “verdadeira nação”, foi uma condenação à liminaridade eterna, cujo mistério e potência se projetou além dos umbrais da morte, pois seu poder emergia de sua brutal supressão (Norton 1988).

Com efeito, os comandantes da “recuperação” de 1982 conheciam bem a história da Operação de 1966, e não apenas porque Costa Mendéz ocupava o cargo de chanceler em ambas as oportunidades, mas também porque os chefes do “Processo de Reorganização Nacional” criaram um vazio onomástico em torno de Port Stanley que outras vozes iriam preencher: os diários de García e as gestas de 1833/34 e de 1966 que evocavam Rivero. Ao ocupar as Malvinas, o PRN viu-se inexoravelmente exposto a um passado que agora o espreitava desde a proximidade fantasmal dos seres, liminares por excelência, que esse mesmo regime havia criado, os “desaparecidos”, entre os quais se contavam alguns condores. Depois do terrorismo de Estado de 1976-1980, apenas um nome poderia resistir à divisão da dessangrada Frente Nacional; por isso, Port Stanley só podia chamar-se “Puerto Argentino”. Silêncio e passado foram as duas faces da memória do mistério daquela Juventude que os condores encarnaram em seu estágio incipiente; o mesmo mistério que envolvia um Rivero, entre a história e a lenda; o mesmo mistério que os argentinos esperavam revelar em seu afã de recuperar nas Malvinas seu lugar na nação.

Rosana Guber é pesquisadora do CONICET (Argentina) e diretora do Centro de Antropologia Social del Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES). Publicou artigos sobre memória social e nacionalidade na Argentina, com particular referência à memória do conflito anglo-argentino pelas Ilhas Malvinas (Falklands) de 1982, e à construção da identidade social dos ex-soldados argentinos que participaram do teatro de operações do Atlântico Sul. E-mail: guber@clacso.edu.ar.

Notas

* Este artigo é parte dos resultados de uma pesquisa que constituiu também a base de minha tese de doutorado para a The Johns Hopkins University, Baltimore, EUA (Memórias de Malvinas, las Luchas por una Nación), subsidiada pela Fundação Antorchas. Para sua elaboração, contei com os aportes da Fundação Antorchas e com os valiosos comentários de Eduardo P. Archetti, Ester Kaufman, Federico Neiburg, Homero R. Saltalamacchia e Sérgio E. Visacovsky.

¹ Apelar à “nação” é fazer uma demanda ao mesmo tempo cultural e política que se coloca entre a sociedade civil, “a esfera da cultura em seu sentido mais amplo”, e a sociedade política, a arena onde “o poder, o bem comum e os interesses em conflito estão sempre em jogo” (Kumar 1993:382).

² A reconstrução que se segue baseia-se no relato escrito de Héctor García (1993), na revista *Así*, de 15 de outubro de 1966, e nos arquivos de Ahe e Muñoz Azpiri (filho), e em entrevistas com Ahe e outros “condores” realizadas em 1995.

³ A cópia dos testemunhos da Promotoria, advogado de defesa, acusados e testemunhas, além da sentença do juízo, está exposta desde 1998 no Museu do Fim do Mundo, na Terra do Fogo, juntamente com outros vestígios de personagens e eventos históricos da região.

⁴ Os *mitayos* eram os indígenas recrutados à força pelos espanhóis para o trabalho mineiro.

⁵ Embora no capítulo VII da *Historia de la Nación Argentina*, da Academia Nacional de la Historia, Ricardo Caillet-Bois (1950) não mencione Rivero, o impacto do riverismo foi tal que, em 1967, a Academia encomendou ao marinheiro Humberto F. Burzio a reunião da documentação sobre os fatos comprovados, que foram publicados como *Testemonios Documentales sobre El Episodio Ocurrido en Puerto de la Soledad de Malvinas el 26 de agosto de 1833* (Academia Nacional de la Historia 1967).

⁶ Essa heterodoxia se manifestava também nas leituras dos jovens: o fascista espanhol José A. Primo de Rivera; os nacionalistas populares argentinos Arturo Jauretche e Raúl Scalabrini Ortiz; historiadores revisionistas como os irmãos Ibar-guren, os irmãos Irazusta, José María Rosa etc.; além de Lenin, Marx e Ernesto “Che” Guevara.

⁷ García rememorava: “Cabo me informou [...] que [o Operativo] foi denominado assim em homenagem ao condor, que simboliza a soberania” (García 1993:224), reinando no espaço dos altos cumes andinos que San Martín cruzou em sua gesta independentista. Em 1966, outro Condor cruzava o Atlântico, retomando a missão libertadora.

⁸ Por um lado, “há que recordar as instruções e diretivas que nós e todo o Movimento recebíamos de Perón. Muitas das coisas que dizíamos e fazíamos, eram as coisas que Perón havia ordenado. E Perón havia ordenado uma luta sem trégua. Isto no lugar de trabalho, nas ruas, onde fosse, não dar descanso ao inimigo” (Rulli *apud* Anzorena 1989:43). Por outro, um comando me advertia: “Note que depois da missa no avião, [os ingleses] nos puseram sob refletores, cantamos o hino e depois cantamos a Marcha de San Lorenzo”, assinalando que não tinham entoado a Marcha Peronista e sim uma marcha militar que rememora a primeira batalha vitoriosa de José de San Martín, herói da Independência argentina.

⁹ O intelectual peronista de origem nacionalista yrigoyenista e membro da Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina (Forja), Arturo Jauretche, comentava que “muitos administradores da riqueza alheia recriminam os condores por não terem se feito matar. E deixar de lado o comportamento do almirante Guzmán [...] que ainda por cima é quem os mantém presos” (Jauretche 1969/1983), aludindo à chefia policial do irmão de Guzmán na Terra do Fogo. A Forja foi uma agrupação de jovens políticos e intelectuais radicais de orientação yrigoyenista que denunciou a democracia proscritiva do governo do general Justo (1932-1943) e sua “entrega do patrimônio nacional”, com especial ênfase sobre as negociatas com a Grã-Bretanha.

¹⁰ Uma vasta literatura ocupa-se da figura do gaúcho e do gênero gauchesco. Podem ser consultados, sobre a primeira questão, *El Gaucho*, de Fernando Assunção, *El Gaucho de Argentina, Brasil y Uruguay*, de Emilio Coni (1945, Buenos Aires, Solar Hachette) e *Historia Social del Gaucho*, de Ricardo Rodríguez Molas (1968, Buenos Aires, Marú); sobre a poesia gauchesca, além do volume de Josefina Ludmer (1988), ver, de Tulio Halperín Donghi, *José Hernández y sus Mundos* (1985, Buenos Aires, Sudamericana) e de Jorge Rivera, *La Primitiva Literatura Gauchesca* (1968, Buenos Aires, Jorge Alvarez).

¹¹ Não por acaso, um integrante do Operativo havia participado em 1963 do roubo do sabre de San Martín, do Museu Histórico Nacional, para entregá-lo a Perón e assim compensar simbolicamente sua expulsão das Forças Armadas em 1955 (Anzorena 1989:105).

¹² Um advogado da CGT, defensor dos comandos, assinalou que o Operativo se propunha a “liberar um pedaço de terra argentina e, em segundo lugar, a estabelecer uma escala para o regresso de Perón” (*Así*, outubro de 1966).

¹³ O estribilho da Marcha Peronista termina assim: “Perón, Perón/grande condutor/és o primeiro trabalhador”.

¹⁴ Perón foi presidente constitucional em três períodos: 1945-1952, 1952-1955 e 1973-1974. Apenas no primeiro pôde completar seu mandato; não no segundo, por golpe de Estado, nem no terceiro, por seu falecimento.

Referências bibliográficas

- ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. 1967. *El Episodio Ocurrido en Puerto de la Soledad de Malvinas el 26 de agosto de 1833. Testimonios Documentales*. Serie Documental, tomo III, Buenos Aires.
- ALMEIDA, Juan Lucio. 1966. “Antonio Rivero, el Gaucho de las Malvinas”. *Todo Es Historia*, 20:8-37. Buenos Aires.
- ANDERSON, Martin. 1993. *Dossier Secreto. El Mito de la Guerra Sucia*. Buenos Aires: Planeta.
- ANDERSON, Benedict. 1983. *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- ANZORENA, Oscar. 1989. *JP. Historia de la Juventud Peronista 1955-1988*. Buenos Aires: Ediciones del Córdón.
- ARCHETTI, Eduardo P. 1999. *Masculinities*. London: Berg.
- BARBERO, María Inés e DEVOTO, Fernando. 1983. *Los Nacionalistas*. Buenos Aires: CEAL.
- BASCHETTI, Roberto (comp.). 1988. *Documentos de la Resistencia Peronista 1955-1970*. Buenos Aires: Ediciones Puntosur.
- BUCHRUCKER, Cristián. 1987. *Nacionalismo y Peronismo — La Argentina en la Crisis Ideológica Mundial (1927- 1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- CAILLET-BOIS, Ricardo R. 1950. “Las Islas Malvinas”. *Historia de la Nación Argentina. Desde los Orígenes hasta la Organización Definitiva* (vol. VII). Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, Imprensa de la Universidad. pp. 369-413.
- CHIARAMONTE, José Carlos. 1991. “El Mito de los Orígenes en la Historiografía Latinoamericana”. *Cuader-*

- nos del Instituto Ravignani*, 2. Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- COLLIER, David (ed.). 1979. *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.
- DEVOTO, Fernando J. (comp.). 1993. *La Historiografía Argentina en el Siglo XX*. Buenos Aires: CEAL. 2 vols.
- FLORIA, Carlos. 1998. *Pasiones Nacionalistas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FOX, Richard (ed.). 1990. *Nationalist Ideologies*. Washington, D.C.: American Anthropological Association.
- GARCÍA, Héctor. 1993. *Más de Cien Veces me Quisieron Matar*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- GILLESPIE, Richard. 1987. *Soldados de Perón. Los Montoneros*. Buenos Aires: Editorial Grijalbo.
- GROUSSAC, Paul. 1982 [1936]. *Las Islas Malvinas*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- GUBER, Rosana. 1994. "Hacia una Antropología de la Producción de la Historia". *Entrepasados*, IV(6):23-32. Buenos Aires.
- . 1996. "Las Manos de la Memoria". *Anuário Antropológico/95*. Brasília: Tempo Brasileiro. pp. 191-225.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. 1970. *El Revisionismo Histórico Argentino*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- . 1992. *Una Nación para el Desierto Argentino*. Buenos Aires: CEAL.
- JAMES, Daniel. 1988. *Resistance and Integration. Peronism and the Argentine Working Class, 1946-1976*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JAURETCHE, Arturo. 1969/1983. "El Comando 'Condor' y el Almirante Guzmán". In: *Mano a Mano entre Nosotros*. Buenos Aires: Peña Lillo Editor. pp. 117-122.
- KUMAR, Krishan. 1993. "Civil Society: An Inquiry into the Usefulness of an Historical Term". *British Journal of Sociology*, 44(3):375-395.
- LEGUIZAMÓN PONDAL, Martiniano. 1966. "Derechos de la Argentina a las Islas Malvinas Basados en Autores Ingleses". In: J. L. Muñoz Azpiri (comp.), *Historia Completa de las Malvinas* (vol. 3). Buenos Aires: Ediciones Oriente. pp. 257-272.
- LUDMER, Josefina. 1988. *El Género Gaucho. Un Tratado sobre la Patria*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- MUÑOZ AZPIRI, José Luis (comp.). 1966. *Historia Completa de las Malvinas*. Buenos Aires: Ediciones Oriente. 3 vols.
- NAVARRO GERASSI, Marysa. 1968. *Los Nacionalistas*. Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez.
- NORTON, Anne. 1988. *Reflections on Political Identity*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- O'DONNELL, Guillermo. 1972. "Modernización y Golpes Militares (Teoría, Comparación y el Caso Argentino)". *Desarrollo Económico*, 47(12): 519-566. Buenos Aires.
- . 1977. "Estado y Alianzas en la Argentina, 1956-1976". *Desarrollo Económico*, 64(16):523-554. Buenos Aires.
- . 1979. "Tensions in the Bureaucratic-Authoritarian State and the Question of Democracy". In: D. Collier (ed.), *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton: Princeton University Press. pp. 285-318.
- PEEL, J.D.Y. 1984. "Making History: The Past in the Ijesha Present". *Man*, 19(1):111-132.
- PEREIRA, Susana (comp.). 1984. *Viajeros del Siglo XX y la Realidad Nacional*. Buenos Aires: CEAL.
- POPULAR MEMORY GROUP. 1982. "Popular Memory: Theory, Politics, Method". In: R. Johnson *et alii* (eds.),

- Making Histories: Studies in History Writing and Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press. pp. 205-252.
- PORTELLI, Alessandro. 1991. *The Death of Luigi Trastulli and Other Stories*. Albany: SUNY University Press.
- QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. 1992. *Un Nationalisme de Deracines. L'Argentine Pays Malade de sa Memoire*. Paris: Éditions du CNRS.
- QUIRÓS, César. 1966. "La Recuperación Argentina de las Malvinas". In: J. L. Muñoz Azpiri (comp.), *Historia Completa de las Malvinas* (vol. 3). Buenos Aires: Ediciones Oriente. pp. 393-416.
- RAPPAPORT, Joanne. 1990. *The Politics of Memory: Native Historical Interpretation in the Colombian Andes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROCK, David. 1993. *La Argentina Autoritaria*. Buenos Aires: Ariel.
- SHUMWAY, Nicholas. 1991. *The Invention of Argentina*. Berkeley: University of California Press.
- TESLER, Mario. 1966. "La Historia del Gaucho Rivero". *Así*, 11 de outubro, pp. 2-5, Buenos Aires.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. 1990. *Haiti. State against Nation*. New York: Monthly Review Press.
- TURNER, Victor. 1969. *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*. Ithaca: Cornell University Press.
- _____. 1974. *Dramas, Fields and Metaphors*. Ithaca: Cornell University Press.
- VERDERY, Katherine. 1992. "Comments to *Ethnicity and Nationalism in Europe Today*, de Eric Hobsbawm". *Anthropology Today*, 8(1).

Resumo

Argumento que o apelo ao símbolo "nação" constituía o principal veículo de construção de identidades políticas na Argentina de 1955 a 1983, sob regimes autoritários e semidemocráticos que excluía a vontade eleitoral de amplos setores do país. Para isso, apresento a história da "Operação Condor" de 1966, na qual dezoito jovens peronistas e nacionalistas desviaram para a capital das Malvinas, sob ocupação britânica desde 1833, um vôo regular para a Patagônia. Protagonistas, simpatizantes e também antagonistas dos "condores" converteram o episódio e seus efeitos imediatos em um drama quase-turneriano no qual se encontram duas histórias: a do gaúcho Antonio Rivero e sua polêmica sublevação de 1834 contra os usurpadores ingleses, e a dos "condores". A "Operação Condor" revela assim, em última instância, a confluência de duas identidades-chave na política argentina dos anos 60 e 70: o Povo e a Juventude.

Abstract

I argue that the symbol of the "Nation" has been the main channel through which the formation of political identities takes place under exclusionary regimes, such as the authoritarian and restricted democracies of Argentina during the period from 1950-70. I therefore examine the "Condor Operation" of 1966, when seventeen young men and a young woman hijacked an Argentinian plane that was heading for the Malvinas (Falkland) Islands, in order to assert Argentina's sovereignty over the South Atlantic archipelago which had been under British occupation since 1833. Members of the Condor group, as well as people backing and countering the Condors' action, turned the event and its effects into a quasi-Turnerian drama. It is at this point that two stories meet: that of the Gaucho Antonio Rivero and his controversial uprising against the English troops in 1834, and that of the Condors. The Condor Operation ultimately reveals the confluence of two key identities in 1960s-1970s Argentinian politics: the People and the Youth.